



Número: **0800534-31.2020.8.18.0066**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Pio IX**

Última distribuição : **15/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE LUCIANO DOS REIS (AUTOR)		WANDERSON MAGNO FARIAS DE SOUSA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16131351	19/04/2021 21:19	Intimação	Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
Vara Única da Comarca de Pio IX DA COMARCA DE PIO IX
Avenida Senador José Cândido Ferraz, 54, Centro, PIO IX - PI - CEP: 64660-000

PROCESSO Nº: 0800534-31.2020.8.18.0066
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: JOSE LUCIANO DOS REIS
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Trata-se de ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT ajuizada por JOSÉ LUCIANO DOS REIS em face da SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT, já sumariamente qualificados.

Aduz a parte autora que sofreu acidente automobilístico em 30.11.2019 (apesar de a petição inicial conter erro material no ponto) que lhe ocasionou várias lesões, entre elas fraturas no crânio, boca e nariz, em decorrência das quais foi submetido a quatro intervenções cirúrgicas. Assevera que, apesar disso, o réu negou administrativamente seu requerimento de cobertura securitária sob a alegação de que não haveria invalidez permanente, total ou parcial, decorrente do evento danoso.

Sustenta que, nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, faz jus à indenização aqui pretendida, haja vista que amparado em prova do acidente, do dano decorrente e do esgotamento da via administrativa, e requer a condenação do demandado do pagamento do seguro em seu grau máximo de cobertura (R\$ 13.500,00).

Juntou documentos em cópia, entre eles boletim de ocorrência sobre o acidente (id. 13792691), ficha de atendimento médico (id. 13792993), atestados (id. 13792994) e receituários médicos (id. 13792997), documentos referentes ao seu requerimento administrativo (id. 13792998) e documento de propriedade do veículo na condução do qual se acidentou (id. 13793001).

Citada, a parte ré ofereceu contestação nos autos, na qual aduz, em síntese, que o autor não trouxe aos autos laudo do IML com a indicação do grau de invalidez permanente, nos termos do art. 5ª, § 5º, da Lei nº 6.194/74, documento imprescindível ao deferimento do pleito, e que os documentos médicos por ele apresentados não sugerem a ocorrência desse tipo de invalidez, motivo pelo qual seu pedido deve ser indeferido.

A parte autora não impugnou a contestação, apesar de intimada.

Vieram os autos conclusos.

É o que há a relatar.

Questões processuais pendentes

Não há defeitos processuais que impeçam o prosseguimento do feito.

As partes estão bem representadas e qualificadas, o juízo é competente, pedido e causa de pedir são compreensíveis e compatíveis, há legitimidade e interesse.

Delimitação das questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória e meios de prova admitidos

Conforme mencionado acima, a petição inicial sustenta a narrativa de que o autor sofreu danos decorrentes de acidente automobilístico e que, independentemente da caracterização de invalidez permanente, faria jus à indenização securitária do DPVAT. A parte ré, a seu turno, defende que a referida invalidez permanente, total ou parcial, é essencial para a concessão do pleito.

Não há, como se pode ver, controvérsia sobre questões de fato relevantes, de modo que se mostra desnecessária a produção de provas em audiência. A negativa do réu em cobrir o acidente que envolveu o autor se baseia na *ausência de invalidez permanente*. O demandante, a seu turno, informa que, segundo o disposto no art. 5º da lei de regência, a *invalidez não é necessária* para a cobertura securitária, bastando a prova do acidente, do dano decorrente e do esgotamento da via administrativa - pontos que, de acordo com a postulação do réu, são incontroversos.

A questão a ser resolvida, assim, é unicamente de direito (a invalidez permanente, total ou parcial, condiciona o pagamento da indenização securitária do DPVAT?), de maneira que a demanda será julgada com base nos documentos que a instruem e segundo os rumos das questões jurídicas a seguir delineadas.

Definição do ônus probatório

No geral, aplica-se a definição do art. 373 do CPC, segundo o qual “o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”. Contudo, ressalto que este caso não traz controvérsia de fato a ser dirimida mediante instrução, a julgar pelo que se alegou na fase postulatória e pela iniciativa esboçada (ou não) pelas partes na produção de provas.

Questões de direito relevantes para a decisão do mérito

Em respeito ao disposto no art. 10 do CPC, cabe-me levantar aqui as questões de direito relevantes para a resolução da causa e que eventualmente

ainda não tenham sido ventiladas nos autos. Contudo, parece-me que as partes, durante a fase postulatória, já realizaram debate sobre os aspectos jurídicos que permeiam a solução do litígio, de maneira que nada há a acrescentar neste momento.

Audiência de instrução e julgamento

Desnecessária a sua realização, conforme acentuei acima. O caso é de **julgamento antecipado** do mérito, na forma prevista no art. 355, I, do CPC, o que não se dará de imediato apenas em homenagem ao disposto no art. 10 do mesmo diploma legal.

Determinações finais

Intimem-se as partes, que poderão se pronunciar sobre esta decisão no prazo comum de 5 (cinco) dias (art. 357, § 1º, do CPC).

Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos para **sentença**.

Pio IX, data indicada no sistema informatizado.

THIAGO COUTINHO DE OLIVEIRA
Juiz de Direito